

cação (SEDUC), em razão de possíveis irregularidades com relação ao Pregão Eletrônico SRP nº 012/2015-NLIC/SEDUC.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.3.9. Processo nº 000467-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretária de Estado de Obras Públicas - SEOP

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apura supostas irregularidades com relação à Dispensa de Licitação nº 001/2013/SEOP, da Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP). Item retirado de pauta pelo Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

1.3.10. Processo nº 000504-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo pregoeiro Gilvandro Araújo da Silva, com relação ao Pregão Eletrônico nº 036/2011-NLIC/SEDUC.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006. Itens 1.3.1 a 1.3.10, exceto 1.3.9, votaram os seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho (relatora) e Nelson Pereira Medrado.

1.4. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

1.4.1. Processo nº 000318-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Carlos Gomes - FCG

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades indicadas no Relatório de Auditoria AGE nº 009/2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006 e art. 27, §3º, II da Resolução nº. 007/2019-CPJ, devendo os autos ser encaminhados à PGJ para designação de outro membro do Ministério Público para tomar as providências cabíveis.

1.4.2. Processo nº 003700-040/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Carlos Gripp

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Identificar a responsabilidade pela suposta ofensa ao direito de circulação da Senhora Maria Francisca Souza, ocasionado pela instalação de cercas irregulares de arames farpados na propriedade localizada na Colônia Barreirão.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e, consequentemente, pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO dos presentes autos, devendo retornar à Promotoria de Justiça para que lá seja arquivado, na forma da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público c/c art. 37, §5º, da Resolução nº 007/2019 do CPJ.

1.4.3. Processo nº 000046-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social - SEDES

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Averiguar possíveis irregularidades na atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) na celebração e execução do Convênio nº01/2012.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.4.4. Processo nº 000110-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu/PA

Origem: 5ª PJ de Altamira

Assunto: Apurar eventual ocorrência de danos ao patrimônio público e/ou atos de improbidade administrativa na execução do convênio GCRI Nº 4600096132.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.4.5. Processo nº 000306-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Trabalho - MPT

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), tendo em vista o atraso ou não

pagamento dos salários dos professores da EMEF Monsenhor José Maria de Azevedo.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

1.4.6. Processo nº 001844-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza - HUBFS

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar desvio de medicamentos fornecidos pelo Estado para uso em hospital particular.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU receber o pedido como RECUSA FUNDAMENTADA e de acordo com o art. 23, §3º, inciso I (2ª PARTE) da Resolução nº 007/2019 - CPJ, resolveu encaminhar o feito ao Procurador-Geral de Justiça para designar outro membro que venha atender às determinações estabelecidas pelo Conselho Superior do Ministério Público.

1.4.7. Processo nº 000291-151/2017

Requerente(s): Ouvidoria do MPE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia de possíveis irregularidades com relação ao Pregão Eletrônico nº 01/2017.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior.

Itens 1.4.1 a 1.4.7, votaram os seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Rosa Maria Rodrigues Carvalho e Nelson Pereira Medrado (relator).

O Exmo. Conselheiro Marcos Antônio Ferreira das Neves votou nos itens 1.4.4 a 1.4.7 e ficou impedido de votar nos itens 1.4.1 a 1.4.3, conforme determina o art. 37, §5º do Regimento Interno do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

1.5. Processos de Relatoria do Conselheiro adélio mendes dos santos:

1.5.1. Processo nº 000179-087/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São João do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar o destino dos valores pagos de taxas/licenças da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Pesca de São João do Araguaia/SEMATURP.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.5.2. Processo nº 000140-113/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar denúncia de Miriam Kelly dos Santos Raposo de que moradores da Vila Leonor Fernando depositam lixo doméstico na lateral da casa da requerente causando mau cheiro e prejuízos à sua saúde e de sua família.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.5.3. Processo nº 000165-138/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde São Domingos do Araguaia

Origem: PJ de São Domingos do Araguaia

Assunto: Apurar demanda de atendimentos realizados no Hospital Materno Infantil de Marabá de pacientes do Município de São Domingos do Araguaia.

Item retirado de pauta pelo Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

1.5.4. Processo nº 000141-036/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura de Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Investigar suposto ato de improbidade administrativa no processo de inexigibilidade nº 04-001/2018, firmado entre Prefeitura de Benevides e a empresa Portal do Sol Consultoria Tributaria Eirele-ME.

Item retirado de pauta pelo Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

1.5.5. Processo nº 000194-087/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São João do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar denúncia de Informação falsa no boletim de produção ambulatorial, em São João do Araguaia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.